

PROTAGONISMO FEMININO NOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NO BRASIL

Joselaine Raquel da Silva¹

Resumo: Nos últimos anos tem crescido a visibilidade da luta das mulheres indígenas no Brasil, e também o protagonismo dessas lideranças femininas dentro dos movimentos sociais em geral, por isso este trabalho tem o objetivo de sintetizar informações sobre o fenômeno do crescimento do protagonismo feminino no Movimento Indígena através de exemplos de coletivos, lideranças, marchas de mulheres indígenas que têm se formado e conquistado visibilidade nas últimas décadas, com o intuito de compreender as posições que essas mulheres ocupam no movimento indígena, suas perspectivas, demandas e reivindicações, além de refletir sobre a presença feminina nesses espaços como ato de resistência e revolução, considerando que alguns movimentos se apropriam do termo feminismo, enquanto outros o rejeitam. Entre os debates as temáticas priorizadas são de empoderamento e participação política, garantia de direitos das mulheres, saúde indígena, o direito à terra e processos de retomada, e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Protagonismo feminino; Lideranças indígenas femininas;

PROTAGONISMO FEMENINO EN LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN BRASIL

Resumen: En los últimos años ha crecido la visibilidad de la lucha de las mujeres indígenas en Brasil, y también el protagonismo de esas lideranzas femeninas dentro de los movimientos sociales en general, por ello este trabajo tiene el objetivo de sintetizar informaciones sobre el fenómeno del crecimiento del protagonismo femenino en el Movimiento Indígena a través de ejemplos de colectivos, lideranzas, marchas de mujeres indígenas que se han formado y conquistado visibilidad en las últimas décadas, con el objetivo de comprender las posiciones que esas mujeres ocupan en el movimiento indígena, sus perspectivas, demandas y reivindicaciones, además de reflexionar sobre la presencia femenina en esos espacios como acto de resistencia y revolución, considerando que algunos movimientos se apropian del término feminismo, mientras otros lo rechazan. Entre los debates las temáticas priorizadas son de empoderamiento y participación política, garantía de derechos de las mujeres, salud indígena, el derecho a la tierra y procesos de recuperación, y la valorización de los conocimientos tradicionales.

Palabras clave: Mujeres indígenas; Protagonismo femenino; Lideranzas indígenas femininas;

FEMALE PROTAGONISM IN INDIGENOUS MOVEMENTS IN BRAZIL

Abstract: In recent years, the visibility of the struggle of indigenous women in Brazil has increased, as well as the protagonism of these female leaders within the social movements in general, so this paper aims to synthesize information about the phenomenon of the growth of female protagonism in brazilian indigenous movement through examples of collectives, leaders, and marches of indigenous women that have been formed and gained visibility in recent decades in order to understand the positions that these women occupy in the indigenous movement, their perspectives, demands and claims, also reflect about the feminine presence in these spaces as an act of resistance and revolution, considering that some movements appropriate the term feminism, while others reject it. Among the debates the priority themes are empowerment and political participation, guarantee of women's rights, indigenous health, the right to land and recovery processes, and the valorization of traditional knowledge.

Keywords: Indigenous women; Female protagonism; Indigenous women leaders;

¹ E-mail: jopereira.sm@gmail.com

1. Introdução

As lutas e reivindicações das mulheres indígenas no Brasil têm conquistado visibilidade dentro de outros movimentos sociais, da política e da mídia nas últimas décadas, além de ser perceptível o crescimento do protagonismo das lideranças femininas indígenas nesses mesmos espaços. No entanto, apesar desses movimentos possuírem organizações quase que exclusivamente de mulheres lutando por pautas que afetam principalmente à elas, a maioria não se declara como feminista, por essa razão optei por não utilizar o conceito de “feminismo indígena”, segundo Francesca Gargallo:

[Son] mujeres que buscan una buena vida para las mujeres de su pueblo en relación con los hombres de su pueblo. Su principal lugar de identificación para la acción política, cultural, educativa se halla en grupos mixtos cuyos miembros, más allá del género, comparten una fuerte discriminación u opresión racista por parte del estado nacional y por las mujeres y hombres blancos y blanquizados. Las mujeres indígenas que se niegan a decirse y a que se les llame feministas, pero actúan en favor de las mujeres de su comunidad, rechazan la ubicación en la cultura hegemónica del feminismo como movimiento político. Son casi todas dirigentes de un movimiento político o cultural que hace de la identidad uno de los ejes de su acción política, junto con la reivindicación de la tierra y una ley y una educación propias. (GARGALLO, Francesca, 2014, p. 125)

Como exemplos do fenômeno do aumento do protagonismo dessas mulheres, temos duas personalidades muito notáveis na política, Sônia Guajajara, candidata à vice-presidência da república pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) nas eleições de 2018, e Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal em toda a história do país, também no ano de 2018, pelo Partido Rede Sustentabilidade.

O objetivo deste artigo é visibilizar as lutas, reivindicações e conquistas dessas coletivas e dessas mulheres, protagonistas de suas próprias vozes e representantes dos povos indígenas dentro e fora de suas comunidades, lutando por respeito às suas identidades e seus territórios, exemplificando através de alguns coletivos, como o "Coletivo de mulheres indígenas Lutar é resistir", a Articulação de Mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA), o Movimento de mulheres do Xingu, e a Plenária Nacional de Mulheres Indígenas, que faz parte da programação oficial do Acampamento Terra Livre (ATL).

Também são de grande visibilidade alguns outros movimentos como Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR), que realiza eventos como o Encontro Regional "A voz das mulheres indígenas na luta pelos seus direitos", recebendo etnias como Saporá,

Taurepang, Wapichana e Macuxi, e a União das mulheres indígenas da Amazônia brasileira (UMIAB), fundada no ano de 2010, que realiza ações principalmente contra o tráfico de mulheres indígenas para trabalhos domésticos urbanos em condições de semi-escravidão, os quais reconheço que também possuem grande relevância e importância para o tema, mas não serão o foco deste trabalho por questões de tempo e amplitude.

As mulheres indígenas são discriminadas duplamente pela sociedade, por ser indígena e por ser mulher, somando-se muitas vezes a questão de classe para as indígenas urbanas, tornando essa parcela da população uma das que mais sofre vulneração de direitos, além disso, essas mulheres não se vêm reconhecidas nas “leis dos brancos”, como a Lei Maria da Penha, fazendo com que elas prefiram aplicar resoluções e punições que passem pelas lideranças indígenas, muitas vezes não denunciando as ocorrências de agressões, estupros, violência doméstica, psicológica, entre outras. O portal de notícias Huffpost Brasil traz alguns dados sobre os casos notificados dessas violências:

No Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena do País, com 72 mil pessoas, os casos de violência contra a mulher indígena aumentaram em aproximadamente 495%. Em 2010, o número era de 104 agressões físicas. Já em 2014, foram relatadas 619 agressões. Só em 2016, o levantamento da Secretaria de Segurança Pública do mesmo estado mostrou que o número de denúncias de violência contra a mulher na região cresceu 23,1% no primeiro semestre daquele ano em relação ao mesmo período em 2015. (Huffpost Brasil, 2016)

Dado à esse aumento da violência de gênero - juntamente com outras violências - viu-se a necessidade da criação de movimentos de mulheres indígenas e mobilizações que priorizassem essas pautas, especialmente a interseccionalidade entre o combate à violência de gênero e a demarcação dos territórios ancestrais indígenas, já que elas não eram representadas no movimento indígena, nem no movimento feminista liberal, e ainda menos nas políticas públicas.

O Estado tem que entender que a demarcação de terras é uma pauta de enfrentamento a violência contra as mulheres, porque é a terra que garante uma reestruturação das comunidades indígenas. Sem terras reconhecidas, o que acontece é um efeito cascata de violência e a parte mais vulnerável é a mulher. A demarcação é uma pauta de gênero e de defesa das mulheres indígenas. (GIMENES, 2016, entrevista ao Huffpost Brasil)

2. Coletivo de mulheres indígenas “Lutar é resistir”

O Coletivo de mulheres indígenas “Lutar é resistir” é um movimento de mulheres indígenas da capital do estado de São Paulo, que realiza diversas atividades coletivas, e organiza marchas anualmente desde 2017, em homenagem ao Dia internacional da mulher indígena - comemorado em 5 de setembro em homenagem à Bartolina Sisa, mulher quéchua esquartejada no Alto Peru durante a rebelião de Túpaj Katari. No ano de 2018 realizou-se o Encontro estadual de mulheres indígenas de São Paulo, que ocorreu entre os dias 01 e 03 de setembro na aldeia do Pico do Jaraguá, tendo seu encerramento na marcha de 5 de setembro, e reunindo cerca de 200 mulheres, entre elas mulheres das 5 regiões do estado e de outros estados do Brasil de diversas etnias (Guarani-mbyá, Pataxó, Terena, Wapichana, Guarani Kaiowá, Tapajó, Guarani Nhandeva, Kaingang, Tabajara, Guarani-Canindé, Kaimbé, Pankarare, Kalapalo, Maxacali, Xucuru, Tupy Guarani, Pankará, Tupinambá, Guajajara, Xavante, Xucuru Kariri, Payayá, Pipipã, Pankararu, Bororo, Kariri-Xocó, Kariri, Tikuna e Parintintin) e de outros países de Abya Yala e do mundo, entre elas mulheres Mapuche, Aymará, refugiadas da Síria, Haiti, Palestina e Zulu da África do Sul.

O encontro promoveu trocas de saberes e epistemologias de cura, educação e tradições, e ao final do encontro a coletiva produziu o “Manifesto do Encontro de mulheres indígenas no estado de São Paulo”, no qual foram exigidas algumas reivindicações, como o reconhecimento do direito às terras, à moradia, sustentabilidade, ancestralidade da cultura, respeito aos sábios e sábias e ao desenvolvimento da autonomia dos povos originários, além do repúdio ao Marco Temporal de 1988, e à qualquer forma de machismo patriarcal ocidental, pedindo também a criação de um Conselho Estadual de Mulheres Indígenas, e o reconhecimento do mês de setembro como Mês das mulheres indígenas na agenda nacional. Elas afirmam no manifesto: “Nós mulheres indígenas estamos unidas na luta por nossos direitos e não admitimos a prática do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado em nossos modos de vida. Exigimos que nossas demandas sejam atendidas!”.

Imagem 1: Mulher indígena no Encontro estadual de mulheres indígenas no estado de São Paulo



Foto: Tenonderã Ayvu (2018)

3. Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA)

A Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão (AMIMA) reúne mulheres para debater acerca de temáticas como direitos humanos e das mulheres em busca de resoluções, as integrantes pertencem às etnias Awá, Guajajara, Ka'apor, Gavião, Krikati, Gamella, Kreniê, Krepum e Kanela. A AMIMA organizou até o presente momento 2 encontros regionais, o I Encontro da Articulação de mulheres indígenas do norte do Maranhão e o II Encontro na Região Norte da AMIMA - Mulheres indígenas pelo bem viver.

O I Encontro foi realizado pela AMIMA em 2017, em parceria com as Guerreiras da Floresta (grupo de 32 mulheres Guajajara que atuam na preservação de seu território e cultura em conjunto com os guardiões), a Associação Indígena Wizaru, com o apoio da FUNAI, do Fundo Socioambiental Casa, do Centro de Trabalho Indigenista e do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), ocorreu na aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, reunindo mais de 200 lideranças, e durante o debate as pautas prioritárias foram de combate à violência contra as mulheres, saúde e educação indígena, usos tradicionais dos alimentos, desafios e impactos no cotidiano das professoras indígenas, ações de proteção territorial e restauração e preservação ambiental e a geração de renda a partir do uso sustentável dos bens naturais.

Já o II Encontro ocorreu entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, na aldeia Guajajara “Januária”, localizada na cidade de Bom Jardim (MA), o evento contou com cerca de 150 mulheres das etnias Awá-Guajá, Guajajara, Ka'apor, Gavião, Krikati, Krepym-Katejê e Krenyê, e teve o apoio da FUNAI, da Coordenação Regional do Maranhão, da Coordenação

Geral de Promoção à Cidadania, e de lideranças e caciques da TI Rio Pindará, das Associações Indígenas Mayumy e Wizardu, da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), do Instituto Makarapy, da Prefeitura de Bom Jardim (MA) e da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR).

O tema do evento foi “Mulheres Indígenas pelo Bem Viver”, e as principais pautas a serem debatidas foram, como no evento anterior, violência contra a mulher, saúde, segurança e educação, com algumas pautas novas como a necessidade de mulheres nos espaços de poder e decisão e de gestão ambiental e territorial, além da temática da segurança alimentar. As participantes se comprometeram a levar as discussões e resoluções para as outras mulheres de suas aldeias ou centros urbanos, buscando o fortalecimento da AMIMA e a implementação de políticas públicas que devem ser articuladas com os governos locais, estadual e federal, entre outras organizações.

Imagem 2:Mulheres indígenas no II Encontro na Região Norte da AMIMA



Foto: CR Maranhão (2018)

4. Movimento de mulheres do Xingu

O Movimento de mulheres do Xingu é conformado por mulheres das mais distintas etnias (Mehinako, Yawalapiti, Waurá, Kamayurá, Aweti, Kuikuro, Kalapalo, Nafukuá, Matipu, Kawaiwete, Yudjá, Tapayuna, Kisedje, Ikpeng, Trumai, Narowôto e Munduruku) e se ramifica em outras várias coletivas, por conta da vasta extensão do território considerado como Parque Indígena do Xingu (PIX), demarcado em 1961, com uma área de 2,8 milhões de hectares, que abarca a região norte do estado de Mato Grosso na transição entre os biomas do cerrado e da

floresta amazônica, cortada pelos rios formadores do Xingu, abrigando 8 mil pessoas e 16 povos. No entanto, desde sua homologação o PIX tem sofrido ameaças, principalmente com as taxas de 40% de desmatamento pelos madeireiros ao redor das nascentes do Rio Xingu nos últimos 20 anos (Revista Marie Claire, 2019), até a saída dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos em 2019, impulsionada por Bolsonaro, fragilizando a saúde das mulheres, crianças, homens e idosos residentes.

Imagem 3: Mapa do Parque Indígena Xingu (PIX)



Foto: Revista Planeta (2016)

As xinguanas e os xinguanos estão desenvolvendo projetos de autogestão do território desde 2017, e alguns dos que envolvem e são protagonizados por mulheres são:

- Produção e comercialização de variedades de pimentas tradicionais pelas mulheres Wauja;

Imagem 4: Mulheres Wauja participam de oficina sobre boas práticas no manejo de pimentas



Fonte: Socioambiental (2018)

- O plantio de pequi em consórcio com pastagens para a produção de óleo de pequi (Hwĩn Mbê) pelas mulheres Kisêdjê;

Imagem 5: Mulheres Kisêdjê realizam a coleta de pequi para a produção de óleo



Fonte: Socioambiental (2018)

- A coleta de sementes pelas mulheres Ikpeng, as Yarang, usadas para a restauração de áreas degradadas.

Imagem 6: Mulheres Yarang realizam a coleta de sementes no PIX



Fonte: Medium (2019)

As Yarang (formiga cortadeira em língua Ikpeng - representando o trabalho de formiguinha) têm ganhado bastante visibilidade ultimamente por conta da coleta de sementes, que é uma atividade importante para a obtenção de renda e a articulação comunitária, além do fator da reflorestação das nascentes do Rio Xingu, que lhes causa muito orgulho e comoção, a renda adquirida com a comercialização das sementes passa pelo planejamento familiar e se transforma em investimentos, como a compra de barcos, carroças, bicicletas, etc. Enquanto coletam, as Yarang cantam a seguinte canção:

Cantar, beneficiar, armazenar

Vamos convidar as pessoas para ver nosso plantio

Venham ver nosso plantio

Sempre animadas, as mais adoradas

Arayó

Venham ver nosso plantio.

(MULHERES YARANG, 2019, entrevista ao Instituto Socioambiental)

Essas mulheres conformaram um núcleo do Território Indígena do Xingu (TIX) da Associação Rede de Sementes do Xingu, em conjunto com as e os Wauja, Kawaiwete, Matipu

e Yudja (esse trabalho é feito principalmente, mas não somente pelas mulheres), iniciativa que se tornou a maior rede de comercialização de sementes nativas do Brasil. A associação conta com 65 mulheres, completou 10 anos em 2019 e ganhou um vídeo de aniversário e uma festa com 150 convidados. Em entrevista ao Instituto Socioambiental, Koré Ikpeng, liderança Yarang da aldeia Arayó comenta:

Vimos para conversar, trocar ideias. É uma atividade coletiva, de união das mulheres. A gente incentiva, ensina os conhecimentos sobre sementes para os jovens. E não é só as meninas que trabalham. Os meninos também. Meus netos estão aí. A gente orienta, a gente convida, eles vão aprendendo. (IKPENG, Koré, 2019, entrevista ao Instituto Socioambiental)

Watatakalu Yawalapiti, coordenadora do departamento de mulheres da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), também em entrevista ao Instituto Socioambiental, reforça: “Seja com a comercialização de sementes, artesanato, pimenta, sal de aguapé ou pequi, o objetivo é o fortalecimento das mulheres”.

Além disso, as mulheres xinguanas ganharam um filme-manifesto, chamado “Gigantes pela própria natureza”, dirigido por João Unzer e Rogo de Castro, filmado durante o I Encontro de Mulheres do Xingu, organizado pela liderança Watatakalu Yawalapiti, que ocorreu no PIX, no Mato Grosso. O filme teve sua estreia no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, durante o Acampamento Terra Livre de 2019, e o trailer tem sido amplamente divulgado e compartilhado nas redes sociais na tentativa de amplificar as vozes das mulheres do Xingu e arrecadar fundos para o movimento.

5. Acampamento Terra Livre - Plenária nacional das mulheres indígenas

A Plenária nacional das mulheres indígenas integra a programação do Acampamento Terra Livre (ATL) desde 2017, com o apoio e financiamento da ONU Mulheres Brasil. Em 2016, as mulheres indígenas tiveram pela primeira vez um espaço para pensar em pautas nacionais dentro do ATL, daí foi elaborada a Carta das Mulheres Indígenas. Esse financiamento também gerou a produção de um documentário, chamado “Mulheres indígenas: Vozes por direitos e justiça”, desenvolvido através do projeto Vozes das Mulheres Indígenas, e produzido pelo Grupo temático de gênero, raça e etnia da ONU Brasil e Centro de Informações das Nações

Unidas para o Brasil - UNIC Rio, ajudando na divulgação e popularização da causa das mulheres indígenas no Brasil.

Durante a Plenária nacional das mulheres indígenas de 2019, foi decidida a realização da Marcha das mulheres indígenas, que teve sua primeira edição no ano de 2019 durante os dias 9 a 13 de agosto com o tema "Território, nosso corpo, nosso espírito", reunindo cerca de 3.000 mulheres de mais de 130 etnias, que se juntaram à Marcha das Margaridas no dia 14 de agosto, somando aproximadamente 100.000 participantes, autodenominadas mulheres dos campos, das florestas e das águas, que lutam por seus direitos territoriais e de gênero, configurando a maior marcha de mulheres de toda a América Latina.

Imagem 7: Plenária das mulheres indígenas no ATL



Fonte: Mídia Ninja (2019)

Após a I Marcha das mulheres indígenas, foi divulgado o documento final, intitulado “O território é nossa vida”, no qual as indígenas exigem reivindicações e reafirmam sua posição em conjunto com os homens indígenas, em busca de uma coletividade como modo de vida em que ambas as sabedorias, feminina e masculina, sejam valorizadas e complementares:

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a

potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (O Território é nossa vida, 2019)

Imagem 7: Marcha das mulheres indígenas



Fonte: Huffpost Brasil (2019)

Considerações finais

As mulheres indígenas brasileiras, em conjuntos com os homens indígenas, formaram um grupo de 7 lideranças que realizaram durante os dias 17 de outubro e 20 de novembro de 2019 a Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota a mais, o evento foi uma das ações pautadas pela agenda do “Janeiro Vermelho”, em reconhecimento à luta indígena e combate ao genocídio, e consistiu em mobilizações por 12 países da Europa, 18 cidades em 35 dias, encontros com os governos, líderes sociais, universidades, empresas privadas, entre outros, para denunciar a violação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, e também o assassinato de inúmeras lideranças indígenas. A jornada se opõe às medidas anti-indígenas tomadas por Jair Bolsonaro, principalmente a MP 870, que transfere da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a responsabilidade sobre o reconhecimento e a demarcação de terras indígenas, entre as lideranças, as mulheres que estão levando essa mensagem à Europa são Sônia Guajajara, Angela Kaxuyana e Célia Xakriabá.

As mobilizações atuais também incluem o pré evento para a COP 25 (a Conferência das Partes é o órgão de decisão suprema da Convenção Marco das Nações Unidas sobre mudanças climáticas), um encontro no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), na cidade de Altamira (PA), denominado “Amazônia: centro do mundo”, que ocorreu durante os dias 17, 18

e 19 de novembro de 2019, e uniu indígenas, ribeirinhos, pesquisadores, ambientalistas e outros movimentos sociais. A cidade de Altamira já contemplou outro grande evento, no ano de 1989, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, e atualmente recebeu ativistas muito conhecidos, como o Cacique Raoni, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, Antonio Nobre, pesquisador e ativista pelo clima amazônico, e também o Movimento/Coletivo de Mulheres do Xingu, que ajudou na organização do evento, os presentes dialogaram em busca de soluções sustentáveis para o equilíbrio climático.

Além disso, as mulheres indígenas do Brasil e de toda Abya Yala lançaram um chamado através do link na rede social Facebook, no perfil de Sônia Guajajara: <<https://www.facebook.com/GuajajaraSonia/videos/2115566352072515/?v=2115566352072515>> convocando a participação de todas as mulheres indígenas que pudessem comparecer na COP 25, que aconteceria no Chile de 2 a 13 de dezembro de 2019, para uma ação global em defesa do clima, que culminaria em uma marcha na capital Santiago do Chile, no dia 7 de dezembro. Infelizmente, devido à situação caótica em que o Chile se encontra por causa da violência policial nos protestos contra o neoliberalismo e a desigualdade social, o presidente Piñera pediu a mudança da sede do evento, que passará a ocorrer em Madrid, dificultando a presença das mulheres indígenas brasileiras e latinoamericanas. É importante mencionar também que os protestos no Chile são apenas uma parte de um grande levante popular latinoamericano de manifestações e tomada de poder pelo povo insatisfeito no segundo semestre de 2019 em diversos países além do Chile, como Haiti, Bolívia, Equador e Colômbia, nos quais as mulheres, e especialmente as mulheres indígenas, estão tendo um papel fundamental.

No Chile, os protestos começaram depois do aumento de cerca de R\$0,15 da passagem do ônibus, mas também são contra o neoliberalismo instaurado desde a ditadura de Pinochet com medidas como a privatização da saúde, educação e previdência social, gerando cada vez mais desigualdade social, as principais reivindicações do povo chileno são a revogação do aumento da passagem do transporte público, a renúncia de Andrés Chadwick, ministro do Interior e de Segurança Pública (que já foi atendida, na reforma do dia 25 de outubro de 2019, na qual o presidente mudou 8 nomes do gabinete de ministros) e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte - já que a antiga vigora desde a ditadura militar - para isso será realizado um plebiscito de consulta em Abril de 2020. Piñera tomou a decisão de instalar estado de emergência e toque de recolher, medidas que não eram utilizadas desde a redemocratização, além disso, outro fator alarmante foi a violência policial contra os manifestantes, que deixou

até o presente momento 23 mortos, 2500 feridos, 6300 detidos e 230 pessoas cegas e que perderam um olho, atingidas por balas de borracha ou chumbo.

Contudo, comprova-se que as mulheres indígenas e seus movimentos ganharam muita força, visibilidade e apoio nas últimas décadas, e apesar de ainda sofrerem muito preconceito, discriminação e violências interseccionais de diversos tipos dentro e fora de suas comunidades, não deixam de lutar por seus direitos e de seus descendentes, especialmente à equidade de gênero e à retomada territorial, sendo esta uma parcela importantíssima da população nas mobilizações contra o Estado, o capitalismo e o patriarcado, por sempre terem vivido às suas margens, como temos visto nas mobilizações no Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, entre tantos outros.

REFERÊNCIAS

¿QUÉ es la COP?. COP 25. 2019. Disponível em: <https://www.cop25.cl/#/equipo-y-presidencia>. Acesso em: 18 nov. 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

AMIMA realiza I Encontro de Articulação de mulheres indígenas do Norte do Maranhão. **Fundação Nacional do Índio**. 2017. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4678-amima-realiza-i-encontro-de-articulacao-de-mulheres-indigenas-do-maranhao?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIIsInBvb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd> . Acesso em: 17 nov. 2019.

ANTES da COP 25, evento quer colocar a Amazônia no centro do mundo. **Movimento Xingu Vivo para sempre**. 2019. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2019/11/08/antes-da-cop-25-evento-quer-colocar-a-%EF%BB%BFamazonia-centro-do-mundo/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

AS Guerreiras da Floresta: coragem e luta das Guajajara. **Amazônia Real**. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/as-guerreiras-da-floresta-coragem-e-luta-das-guajajara/> . Acesso em: 17 nov. 2019.

AS histórias das mulheres líderes do território Xingu. **Revista Marie Claire**. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/08/historias-das-mulheres-lideres-do-territorio-xingu.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ATL 2019: Mulheres indígenas forte na luta. **Mobilização nacional indígena**. 2019. Disponível em: <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2019/04/26/atl-2019-mulheres-indigenas-fortes-na-luta/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ELAS nunca vão andar sozinhas. **Medium**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@socioambiental/elas-nunca-vo%C3%A3o-andar-sozinhas-79e08853f35c>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CMNUCC confirma la realización COP25 en Madrid. **COP 25**. 2019. Disponível em: https://www.cop25.cl/?fbclid=IwAR0sGQ-bLN8u1hmTMB0gadUdNo-K4NcJ0qpqWSwIibV6_xTqNsLGKpd_71E#/cop-news/8fQXDkVIaIJLHJT5Rje1. Acesso em: 18 nov. 2019.

ELAS nunca vão andar sozinhas. **Realização: Movimento das Mulheres Yarang, Associação Rede de Sementes do Xingu, Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng**. Parceiro: Associação Terra Indígena do Xingu. Produção local: Dannyel Sá e Oreme Ikpeng. Apoio na produção local: Tatiane Ribeiro. Reportagem: Roberto Almeida. Vídeo: Fernanda Libague. Parque Indígena Xingu. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V9NjWUTKvho>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala**: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corde y Confección. 2014. 271p.

GUERREIRAS da Floresta. **Direção: Erisvan Guajajara**. Produção: Amazônia Real. Maçaraduba - Terra Indígena Caru (MA). Coordenação: Kátia Brasil. Edição: Erisvan Guajajara e Mídia Índia. Roteiro e reportagem: Erisvan Guajajara. Música: Guajajara. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i72eHKFozdU>. Acesso em: 17 nov. 2019.

II ENCONTRO na Região Norte da AMIMA - mulheres indígenas pelo bem viver. **Fundação Nacional do Índio**. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4992-ii-encontro-na-regiao-norte-da-amima-mulheres-indigenas-pelo-bem-viver>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MAIS de 200 pessoas perderam visão em protestos no Chile. **G1**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/15/mais-de-200-pessoas-perderam-visao-em-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2019

MANIFESTO do Encontro de mulheres indígenas no estado de São Paulo. **Rádio Yandê**. 2018. Disponível em: http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=850 . Acesso em: 17 nov. 2019.

MARCHA das mulheres indígenas divulga documento final: “O território é nossa vida”. **Brasil de fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/15/mulheres-indigenas-o-territorio-e-nossa-vida-nosso-corpo-e-nosso-espírito/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MOVIMENTO Mulheres do Xingu ganha filme-manifesto. **Grandes nomes da propaganda**. 2019. Disponível em: <https://grandesnombresdapropaganda.com.br/produtora/movimento-mulheres-do-xingu-ganha-filme-manifesto/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas encerram encontro em São Paulo. **SP Bancários**. 2018. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/09/2018/mulheres-indigenas-encerram-encontro-em-sao-paulo>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas lançam chamado global por Ação pelo Clima. **Facebook**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/GuajajaraSonia/videos/2115566352072515/?v=2115566352072515>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas. **ONU Mulheres**. 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES indígenas organizam plenária na programação oficial do Acampamento Terra Livre. **ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-organizam-plenaria-na-programacao-oficial-do-acampamento-terra-livre/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MULHERES Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça. **Direção: ONU Brasil**. Produção: Grupo temático de gênero, raça e etnia da ONU Brasil. Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio. Brasília (DF). 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzCGYrzdX3g>. Acesso em: 3 mai. 2019.

PARQUE indígena do Xingu comemora 57 anos. **Instituto Socioambiental**. 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/parque-indigena-do-xingu-comemora-57-anos>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PINTO, Alejandra Aguilar. **Reinventando o feminismo**: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. In: *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades e Deslocamentos*, Florianópolis, Ago 2010.

POR que a violência contra as mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil. **Huffpost Brasil**. 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/ . Acesso em: 17 nov. 2019.

PROTESTOS no Chile: o que está acontecendo?. **Politize**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

SACCHI, Angela. (2014). **Violências e Mulheres Indígenas**: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. Patrimônio e memória (UNESP), v. 10, p. 62-74, 2014.

SANGUE indígena: nenhuma gota mais. **Articulação dos povos indígenas do Brasil**. 2019. Disponível em: <http://apib.info/2019/01/10/sangue-indigena-nenhuma-gota-a-mais/?fbclid=IwAR14Ui9FopAut0TKBFJZBcpDFdAGhMWny6zqX9JRE3XAMsj-KJwar4Nh8xM>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEGATO, Rita. **Género y colonialidad**: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. Young, Iris Marion, 2000. Inclusion and democracy. New York: Oxford University Press.